

- 1 Comércio global e crescimento: perspectivas e desafios para as economias em desenvolvimento<sup>1</sup>  
*Otaviano Canuto*  
*José Guilherme Reis*
- 4 A necessidade de um acordo para fomentar o comércio e o mercado de energia sustentável
- 7 Durban, expectativas sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e o mercado de carbono  
*Sara Gurfinkel Marques de Godoy*
- 9 Vincular ou não vincular... Eis a questão  
*Mahesh Sugathan*
- 11 A Ministerial da OMC no contexto de crise da governança global
- 13 Acesso da Rússia à OMC: notícia a ser comemorada  
*Daniel Godinho*  
*Gustavo Cupertino Domingues*

## Comércio global e crescimento: perspectivas e desafios para as economias em desenvolvimento<sup>1</sup>

Otaviano Canuto\*  
José Guilherme Reis\*\*

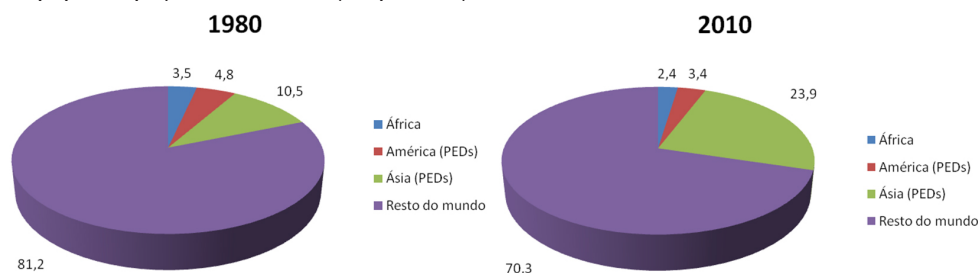
Os impactos da crise econômica de 2008-2009 sobre o comércio internacional foram enormes, com queda de cerca de 10% nos fluxos comerciais globais. Mesmo assim, Brasil, China, Índia e Indonésia apresentaram taxas de crescimento positivas nos fluxos de comércio entre 2007 e 2009. Este artigo sustenta que esse período assinala o início de uma nova ordem no comércio internacional, na qual países emergentes de rápido crescimento revelam resistência a flutuações na economia. Com base nesse argumento, os autores delinham alguns quadros para o comércio global no contexto da crise atual.

Após o abandono das políticas de substituição de importações postas em prática até os anos 80, os países em desenvolvimento (PEDs) conheceram uma expansão sem precedentes nos níveis de integração comercial. De fato, entre 1983 e 2008, o comércio global cresceu 85% acima da produção global, e os PEDs beneficiaram-se particularmente dessa expansão: as exportações anuais dos países de renda média e baixa cresceram 14% ao ano desde 1990, bem acima dos 8% ao ano dos países de renda alta. O rápido crescimento econômico da China e dos países do Leste asiático está intrinsecamente associado à adoção de estratégias de crescimento baseadas em exportações, as quais contribuíram para uma rápida diversificação econômica e uma mudança na composição do comércio baseado em *commodities* para produtos manufaturados.

Duas mudanças estruturais no comércio internacional viabilizaram esse desempenho favorável das exportações dos PEDs: i) a fragmentação vertical e espacial do processo de produção em “redes de produção globais” altamente integradas; e ii) o aumento no comércio de serviços. Ambos foram possíveis graças a grandes revoluções tecnológicas, apoiadas por reformas multilaterais em políticas comerciais e por uma ampla liberalização no comércio interno e em ambientes de investimento, tanto em países desenvolvidos (PDs) quanto em PEDs. As tarifas médias em países de renda alta diminuíram drasticamente desde os anos 60. Nos Estados Unidos da América (EUA), por exemplo, a tarifa aplicada média para países mais favorecidos (MFN, sigla em inglês) foi reduzida pela metade para atingir 10% nos anos 90 e ser uma vez mais cortada pela metade nos anos seguintes<sup>2</sup>.

### Você sabia?

Embora tenha crescido consideravelmente em números absolutos, diminuiu, em termos relativos, a fatia ocupada pelas exportações de serviços por parte dos países em desenvolvimento (PEDs) da América nos últimos 30 anos. No mesmo período, o destaque fica para a Ásia, cuja participação saltou de 10,5% para 23,9% do mercado mundial.



Fonte: Unctad, 2012.



International Centre for Trade  
and Sustainable Development

## Editorial

Estimado(a) leitor(a),

O ano de 2012 começa com uma série de desafios herdados do passado. Na esfera econômica, a incerteza relacionada ao crescimento dos Estados europeus oferece fértil terreno para a discussão acerca dos rumos do comércio internacional. Otaviano Canuto e José Guilherme Reis argumentam que o período compreendido por 2007 e 2009 marca o início de uma nova ordem no comércio internacional, salientando o papel dos países em desenvolvimento nessas transformações. Ademais, afirmam que, apesar de todas as dificuldades, estratégias baseadas na integração comercial seguem sendo utilizadas pelos países.

Outro desafio que certamente ocupará a atenção de todos em 2012 é a questão das mudanças climáticas. Os resultados colhidos na 17ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), embora possibilitem a manutenção do diálogo, estão longe de oferecer uma resposta efetiva para a mitigação do aquecimento global. Em busca de alternativas, um estudo publicado pelo ICTSD defende a importância de um acordo capaz de fomentar a produção e o comércio de tecnologias com vistas à produção de combustíveis sustentáveis. Da mesma forma, a análise argumenta em favor da criação de mecanismos que permitam a consolidação de um mercado global de energia sustentável capaz de competir com fontes tradicionais, como o petróleo.

Preocupação semelhante motiva o artigo de Sara Gurfinkel Marques de Godoy, cujo objetivo é avaliar os resultados da Conferência de Durban, assim como a percepção dos participantes do mercado de carbono quanto ao futuro deste. A análise de Mahesh Sugathan também é dedicada às decisões tomadas na COP 17. Mais precisamente, o autor discute a importância de normas internacionais juridicamente vinculantes para as medidas de mitigação relacionadas ao clima.

Os desafios apontados acima constituem eixos de reflexão acerca do futuro do sistema multilateral de comércio, tema que ocupou o centro dos debates na 8ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Além de analisar as decisões que marcaram o referido encontro, o editorial desta edição aborda os caminhos considerados pelos membros da OMC na tentativa de adequar a Organização às transformações em curso na política internacional.

O artigo que encerra este *Pontes Bimestral* discute as implicações da adesão da Rússia à OMC, uma das principais decisões anunciadas na Conferência Ministerial. Daniel Godinho e Gustavo Cupertino Domingues expõem as vantagens da inclusão dos russos no sistema multilateral de comércio para a exportação de produtos brasileiros ao país. Longe de beneficiar apenas a venda de bens agrícolas, a medida permitirá que diversos outros setores da economia do Brasil tenham melhores condições de competir naquele mercado.

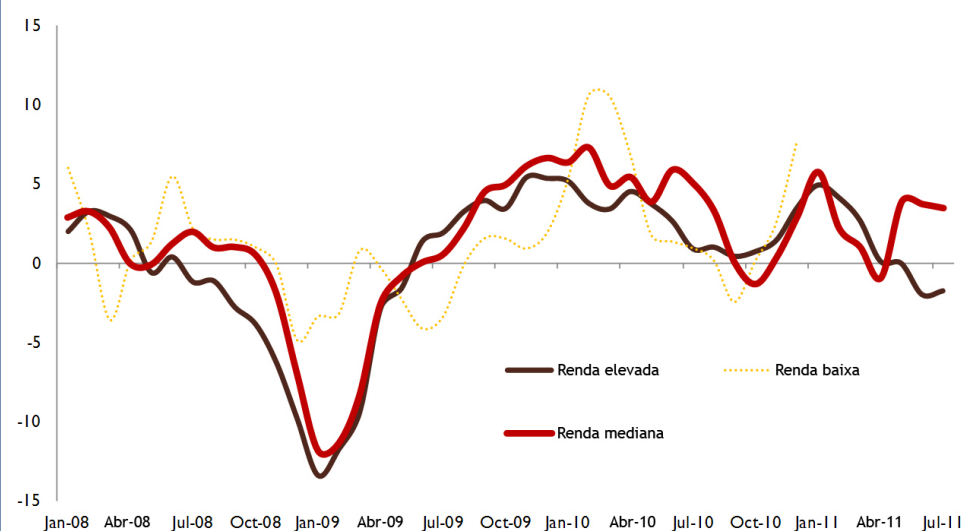
Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

Ainda assim, a resposta dos PEDs só começou a surgir no final dos anos 80. Nesse momento, grandes avanços tecnológicos - particularmente no setor de transportes (remessa de contêineres) e tecnologia da comunicação - reduziram drasticamente o custo de transporte de bens e da administração de redes complexas de produção. Muitas das tendências que guiam a “terceirização” da produção também contribuíram para a globalização de serviços. Isso inclui mudanças drásticas na tecnologia, transporte e comercialização de muitas atividades de serviço, permitindo que poderosas forças de vantagem comparativa se desenvolvessem. No Sul da Ásia, o setor de serviços é responsável por mais de 50% do crescimento no produto interno bruto (PIB) regional entre 1980-85 e 2000-07<sup>3</sup>.

A crise econômica global de 2008-2009 levou à maior queda do comércio internacional desde a Segunda Guerra Mundial, com uma queda simultânea dos fluxos de comércio em todas as regiões do mundo no quarto trimestre de 2008. O comércio global caiu 12% em 2009, com alguns países registrando quedas ainda mais pronunciadas (ver Gráfico 1): as exportações japonesas, por exemplo, caíram nada menos que 50% entre fevereiro de 2008 e fevereiro de 2009. No entanto, o fato de que quatro grandes países emergentes (Brasil, China, Índia e Indonésia) lograram apresentar taxas de crescimento positivas nos fluxos de comércio entre 2007 e 2009 pode ser identificado como o marco de uma nova ordem no comércio internacional, na qual países emergentes de rápido crescimento mostram resistência a flutuações na atividade econômica<sup>4</sup>.

Gráfico 1 - Evolução do comércio mundial 2008-2011



Fonte: World Bank, DECPG data

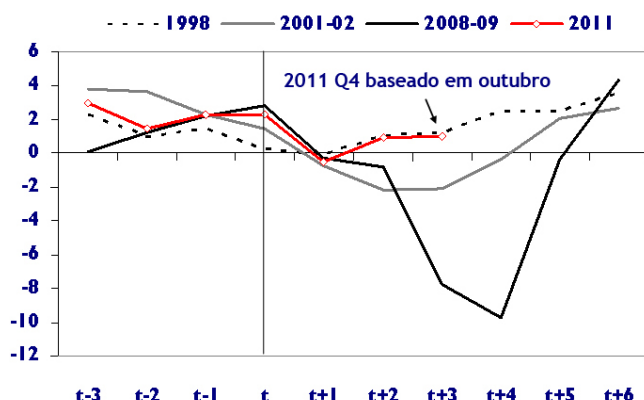
O bom desempenho desses países ajuda a explicar a rápida recuperação sem precedentes dos fluxos comerciais que se iniciou já em 2009. Mais importante, ao contrário do que muitos esperavam quando do início da crise, o recurso a medidas protecionistas como forma de enfrentar a crise foi em boa medida contido, mostrando que as regras do sistema multilateral de comércio funcionaram. Na verdade, as medidas de tendência protecionista adotadas têm sido, em geral, consistentes com as regras estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), na medida em que utilizam mecanismos de proteção temporária<sup>5</sup>.

## As perspectivas para os próximos anos

Apesar da recuperação dos fluxos de comércio no período pós-crise, a evolução recente mostra sinais de desaceleração, acompanhando as incertezas sobre a recuperação econômica global. De fato, o comércio internacional tem perdido força desde meados de 2011. A desaceleração é mais notada em países de alta renda. A demanda de importação na zona do euro diminuiu no terceiro trimestre de 2011, com importações caindo 4% na França e na Alemanha, comparadas com o segundo trimestre de 2011. No mundo todo o transporte de cargas pelo ar vem declinando desde junho de 2011. Por fim, o transporte intercontinental de navios (um importante indicador de comércio) tem revelado um crescimento relativamente estável desde a grande queda no início de 2009, mas sem nenhuma evidência de nova redução. De todo modo, como indica o Gráfico 2, a evolução do comércio no episódio atual da crise nem de longe se parece com o que ocorreu em 2008-09.

A evolução futura do comércio global será ditada, sem dúvida, pelo ritmo de recuperação da economia mundial. Como se sabe, o ímpeto da retomada pós-crise não se sustentou e hoje as perspectivas de crescimento global seguem incertas. Enquanto as perspectivas de

Gráfico 2- Volume de comércio mundial em episódios de crise (variação percentual trimestral)



Fonte: Banco Central Europeu

Nota: para cada episódio de crise, "t" é o trimestre que precede a primeira queda no comércio global

crescimento global seguem ancoradas no robusto crescimento das grandes economias emergentes e, em menor medida, na recuperação da economia dos EUA, a grande incerteza segue sendo a crise europeia e seus desdobramentos. Embora as recentes medidas adotadas pelo Banco Central Europeu tenham reduzido sensivelmente a temida possibilidade de um *credit crunch* - o que teria consequências potencialmente desastrosas para a recuperação da produção e do comércio mundiais -, a verdade é que há crescente preocupação com os problemas de solvência de bancos e governos na Europa. Um processo de desalavancagem bancária na região está em curso, com consequências para toda a economia global - inclusive através do encolhimento de do setor de financiamento ao comércio (*trade finance*). Ainda que o cenário mais provável seja o de administração dos problemas europeus, a incerteza associada aos elevados níveis de endividamento na periferia da área do euro podem constituir obstáculos significativos ao crescimento, dada a interdependência com os demais blocos de países<sup>6</sup>.

Na verdade, estamos vivendo ainda os desdobramentos da grande crise de 2007-08, a qual esteve longe de ser apenas uma recessão severa, tendo na verdade se caracterizado por um colapso sincronizado nos mercados de crédito, imóveis e ativos, como notaram diversos autores<sup>7</sup>. Na verdade, a expansão precedente - ainda que insustentável - revelou mudanças estruturais profundas e irreversíveis na dinâmica da economia mundial<sup>8</sup>. Entre essas mudanças, estão o peso e a relevância muito maiores de vários países do mundo em desenvolvimento no crescimento e no comércio mundiais.

## Os desafios para os PEDs

Apesar deste ambiente de incerteza, algumas tendências observadas nas últimas décadas no comércio global - particularmente importantes para os PEDs - não devem mudar. A primeira delas é o crescente peso das relações Sul-Sul. As importações dos PEDs de seus pares chegam agora a nada menos que 45% do total. Isso tem sido determinado em boa medida pelo crescimento dos países emergentes (a China em particular), e essa tendência só deve ser reforçada nos próximos anos. O ponto importante a notar é que esses mercados vêm se tornando uma alternativa para os países mais pobres, tradicionalmente dependentes dos mercados ocidentais mais desenvolvidos. De fato, o peso dos países emergentes cresceu de 20% para 32% do comércio dos países mais pobres na última década.

O crescente peso das cadeias produtivas globais no comércio internacional deve seguir sendo uma importante característica do comércio<sup>9</sup>. Na verdade, essa tendência tem sido reforçada no período mais recente com a transferência de centros de

inovação para alguns grandes países emergentes - com destaque para China, Índia e, mais recentemente, Brasil. Esse processo de mudança na "geografia da inovação"<sup>10</sup> parece ter origens distintas dependendo dos países de atração e, se consolidado, terá consequências importantes para a dinâmica do comércio e crescimento das maiores economias emergentes.

Mais difícil de prever é a evolução futura no preço de *commodities*, que tem sido um fator decisivo para o bom desempenho comercial de diversos países exportadores de recursos naturais. Em 2011, os preços de *commodities* apresentaram um pico no primeiro trimestre e subsequentemente caíram por conta das perspectivas menos favoráveis de demanda. No ano como um todo, apesar da desaceleração da atividade econômica mundial, enquanto os preços de *commodities* não energéticas caíram 11%, os produtos de energia mostraram crescimento de 14%. No médio prazo, o acompanhamento dos especialistas do Banco Mundial ainda aponta para uma estabilidade no preço das principais *commodities*<sup>11</sup>.

Em resumo, a incerteza segue dominando as perspectivas para o crescimento e o comércio globais no curto prazo. No entanto, os eventos recentes ilustram que a maioria dos países segue comprometida com a integração comercial como opção estratégica para o desenvolvimento. A manutenção desse compromisso e de políticas macroeconômicas robustas persistirá como um elemento indispensável para a continuidade do bom desempenho das economias emergentes. A médio prazo, estratégias de diversificação, tanto de mercados como de produtos, devem seguir como prioridade na agenda dos PEDs, para melhor administrar os riscos inerentes à integração no comércio global. A resistência do dinamismo no comércio Sul-Sul deverá continuar como uma das dimensões da troca de locomotivas na economia global que se vislumbra no médio prazo<sup>12</sup>.

\* Vice-presidente da Rede de Política Econômica e Redução da Pobreza (PREM, sigla em inglês) do Banco Mundial.

\*\* Economista principal do Departamento de Comércio Internacional do Banco Mundial.

- Os autores agradecem a Raquel Marcon pelo excelente trabalho de assistência à pesquisa.
- Ver: Reis, J. G.; Farole, T. Exports and the Competitiveness Agenda: policies to support the private sector. In: *A Handbook on the Future of Economic Policy in the Developing World*. The World Bank, 2010, capítulo 5.
- Ver: Ghani, Ejaz. *The Services Revolution in South Asia*. New Delhi: Oxford University, 2010.
- Conforme notado por Haddad, M.; Shepherd, B. *Managing Openness: trade and outward-oriented growth after the crisis*. The World Bank, 2011.
- Ver: Canuto, O.; Haddad, M.; Hansen, G. (2010). Export-led growth v2.0. In: *Economic Premise*, No.3, The World Bank, mar. 2010. Disponível em: [www.worldbank.org/economicpremise](http://www.worldbank.org/economicpremise). Ver também: Haddad e Shepherd, 2011.
- Ver: Canuto, O.; Leipziger, D.; Pinto, B. The challenges of Growth. In: Canuto, O.; Leipziger, D. *Ascent After Decline: regrowing global economies after the great recession*. The World Bank, 2012.
- Entre eles, destaca-se o trabalho de Rogoff, K. *The Second Great Contraction*. Project Syndicate, ago. 2011. Disponível em: [www.project-syndicate.org](http://www.project-syndicate.org).
- Como observado por Canuto, Leipziger e Pinto, 2011.
- Ver: Canuto, O.; Dutz, M.; Reis, J. G. Technological Learning: climbing a tall ladder. In: Canuto, O.; Giugale, M. (orgs.). *The Day after Tomorrow: a handbook on the future of economic policy in the developing world*, 2010, capítulo 3.
- Ver: Arbache, J.; Goldstein, A. *Investimentos em inovação pelas multinacionais no Brasil*. Trabalho apresentado no seminário sobre inovação, Rio de Janeiro, out. 2011.
- Ver: Mitchell, D.; Aldaz-Carroll, E. Structural Changes in Commodity Markets: new opportunities and policy challenges. In: Haddad, M.; Shepherd, B. *Managing Openness: trade and outward-oriented growth after the crisis*. The World Bank, 2011, capítulo 20.
- Ver: Canuto, O. Recoupling or Switchover? Developing Countries in the Global Economy. In: Canuto, O.; Giugale, M. (orgs.). *The Day after Tomorrow: a handbook on the future of economic policy in the developing world*, 2010, capítulo 1.



# A necessidade de um acordo para fomentar o comércio e o mercado de energia sustentável\*

Maior rapidez e eficácia na inovação, uso e difusão das tecnologias aplicadas aos combustíveis não fósseis é um imperativo da comunidade internacional. O desafio de descarbonizar a produção e a atividade econômica chega em um momento de rápida expansão na demanda por energia, ao mesmo tempo em que metade da população mundial não possui acesso às formas modernas de energia. Diante desse contexto, este artigo analisa as oportunidades que se apresentam para um acordo em matéria de energia sustentável, além de delinear algumas características deste.

Em 2004, a oferta de energia convencional e sua utilização nos setores de habitação, indústria e transportes foram responsáveis por cerca de 70% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEEs). Segundo cálculos da Agência Internacional de Energia (AIE), em 2010, essas emissões atingiram o recorde de 30,6 gigatoneladas (Gt), o que dificulta em grande medida o alcance das metas estabelecidas pela comunidade internacional para limitar o aumento de temperatura a um máximo de 2° C. De fato, para que “os objetivos sejam atingidos, em 2020, as emissões globais derivadas do uso de energia não devem ser maiores que 32 Gt. Isso significa que, nos próximos dez anos, o total de emissões deve aumentar menos do que entre 2009 e 2010”, aponta a AIE.

Atualmente, as fontes “suja” de energia - como os combustíveis fósseis - correspondem a cerca de 80% das emissões mundiais. Parte destas já está comprometida no futuro, na medida em que, segundo estimativas, a infraestrutura existente e os projetos em construção responderão por 20% do total de emissões em 2020. Ainda, cabe destacar que as emissões de GEEs estão concentradas tanto em termos geográficos quanto de consumo: apesar de abrigarem apenas 20% da população mundial, os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) respondem por 40% das emissões e 40% da demanda de energia. Por outro lado, o rápido crescimento econômico registrado em muitos países em desenvolvimento (PEDs), somado às necessidades energéticas de milhões de seus habitantes, deve levar a um aumento ainda maior da demanda por combustíveis fósseis.

Assim, sob uma perspectiva ambiental, econômica e preocupada com a segurança energética, é desejável uma mudança para o uso de energias sustentáveis - seja por meio do aumento da eficiência energética seja de fontes de baixo carbono. Estas

**Tabela 1: Principais países em capacidade de geração de energia sustentável em gigawatts [GW] (2009)**

EUA	53,4
China	52,5
Alemanha	36,2
Espanha	22,4
Índia	16,5
Japão	12,9
Restante da União Europeia	12,3
Itália	9,8
França	9,4
Brasil	9,1

Fonte: Pew Charitable Trusts, 2010.

incluem a solar, a eólica, a de biomassa e a hidrelétrica baseada em projetos de pequena escala (evitando, assim, os impactos ambientais negativos associados às grandes intervenções). As fontes de energia de baixo carbono podem, ainda, incluir biocombustíveis usados para o transporte - menos poluentes em comparação com outras fontes de energia -, desde que produzidos sob condições apropriadas.

**Tabela 2: Principais países em crescimento da capacidade instalada em um período de cinco anos (2004-2009)**

Coreia do Sul	249%
China	79%
Austrália	40%
França	31%
Índia	31%
Reino Unido	30%
Turquia	30%
EUA	24%
Canadá	18%
Restante da União Europeia	17%

Fonte: Pew Charitable Trusts, 2010.

## O desafio de aumentar o uso de energias sustentáveis

Embora a dissociação entre crescimento econômico e uso de combustíveis fósseis seja desejável, isso está longe de ser fácil. O mesmo pode ser dito acerca da substituição das antigas fontes de energia por opções mais sustentáveis. Segundo o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* (2010) do Banco Mundial, uma descarbonização profunda do setor de energia, necessária para reduzir pela metade as emissões relacionadas ao uso de energia até 2050, implicaria um esforço enorme. Da mesma maneira, o aumento da fatia ocupada pelas energias renováveis - atualmente, 13% do total - para algo entre 30 e 40% em 2050 exige importantes investimentos. Na prática, isso significa que, nas próximas quatro décadas, pode se chegar ao uso adicional de: 17.000 aerogeradores por ano, produzindo 4 megawatts (MW) cada um (ou 68000 MW anualmente); 215 milhões de metros quadrados de painéis solares fotovoltaicos; 80 usinas solares concentradas (produzindo 250 MW cada uma); e 32 usinas nucleares (produzindo 1000 MW cada). Apesar dos níveis crescentes de investimento em energia sustentável nos últimos anos, falta ainda ao mundo a capacidade para alcançar esses níveis. A título de comparação, a maior adição de capacidade na energia eólica desde 1995 ocorreu durante 2008-2009, quando cerca de 40000 MW foram incorporados à capacidade geradora, segundo a Associação Internacional de Energia Eólica.

Um dos principais desafios associados ao uso da energia sustentável é o seu preço elevado em comparação aos combustíveis fósseis. Em parte, isso se deve à falta de precificação das externalidades ambientais negativas derivadas, por exemplo, do uso de petróleo. Ademais, as condições de competição das energias sustentáveis são prejudicadas por subsídios muitas vezes concedidos aos combustíveis fósseis. Embora o custo do combustível seja baixo ou zero para quase todas as fontes de energia sustentável - exceto no caso da biomassa -, os gastos iniciais para sua produção são consideráveis. A queda progressiva dos custos para tecnologias já existentes (como a solar) não esconde o fato de que uma paridade universal entre as energias renováveis e aquelas de origem fóssil pode exigir reduções ainda maiores nos gastos relativos a sua implementação.

Uma estratégia mais simples no combate ao aquecimento global é a adoção de medidas voltadas ao aumento da eficiência no uso de energia. As vantagens são diversas: diminuição da intensidade energética, satisfação das necessidades de um número maior de pessoas com uma produção similar de energia, redução (para muitos países) das custosas importações de combustíveis fósseis. A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 2012 como o Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos, e o Grupo Consultivo sobre Energia e Mudanças Climáticas - composto pelas principais empresas de energia e pelas agências da ONU - recomendou o acesso universal e um aumento de 40% na eficiência energética nos próximos 20 anos. Se tais recomendações forem executadas, a redução na intensidade energética global chegaria a 2,5% ao ano - aproximadamente o dobro da taxa histórica.

**Tabela 3: Principais países em investimento em energias sustentáveis (2009) (em bilhões de dólares)**

China	34,6
EUA	18,6
Reino Unido	11,2
Restante da União Europeia	10,8
Espanha	10,4
Brasil	7,4
Alemanha	4,3
Canadá	3,3
Itália	2,6
Índia	2,3

Fonte: Pew Charitable Trusts, 2010.

**Tabela 4: Principais países em crescimento do investimento em energias limpas em um período de cinco anos (2004 - 2009)**

Turquia	178%
Brasil	148%
China	148%
Reino Unido	127%
Itália	111%
EUA	103%
França	98%
Indonésia	95%
México	92%
Restante da União Europeia	87%

Fonte: Pew Charitable Trusts, 2010.

## O papel das políticas domésticas em energia sustentável

Os altos custos iniciais decorrentes do desenvolvimento de energias sustentáveis tornam necessária a intervenção de políticas domésticas a fim de possibilitar uma competição mais equitativa entre as fontes de energia convencionais e as sustentáveis. Da mesma forma, essa ação estimula a criação de um “ambiente favorável” para o investimento na geração de energia sustentável. Além das políticas domésticas com essa finalidade, as políticas comerciais também auxiliam os produtores de energia sustentável a obterem equipamentos e serviços de qualidade a preços competitivos no mercado mundial. Em um setor sensível aos altos custos iniciais de compra de equipamentos, possibilitar aos produtores o acesso a equipamentos a preços mais competitivos contribuirá para reduzir os custos de geração da energia sustentável.

Uma considerável variedade de instrumentos pode ser utilizada com vistas à implementação dessas políticas. Em geral, são aplicadas medidas regulatórias (tais como os padrões de portfólio de energias renováveis) ou incentivos fiscais (e.g., créditos tributários). Tais instrumentos reduzem os custos de investimento e produção das energias renováveis. Por sua vez, a demanda por energia sustentável pode ser estimulada por meio de políticas domésticas de incentivos (como a redução de impostos em placas solares de uso doméstico) ou mediante requisitos obrigatórios de compra. Um conjunto semelhante de políticas pode, ainda, influenciar a oferta e a demanda de tecnologias e combustíveis utilizados no transporte sustentável.

Frequentemente, os países adotam essas políticas não apenas para utilizar energias sustentáveis, mas também para criar empregos domésticos e incentivar o crescimento de novos setores e tecnologias “verdes”. Embora sejam possíveis sinergias entre esses vários objetivos, as diretrizes de política industrial ou a busca pela criação de novas vagas de trabalho podem levar ao estabelecimento de medidas protecionistas ou discriminatórias contra fornecedores estrangeiros de bens e serviços de energia sustentável (SEGS, sigla em inglês). Medidas comerciais diretas - como tarifas aduaneiras mais elevadas sobre maquinário importado ou restrições à entrada de fornecedores de serviços estrangeiros - também podem ser utilizadas com esse objetivo. Isso poderia impedir que os fabricantes de equipamentos utilizados na produção ou uso de energias sustentáveis, pertencentes a uma complexa rede de cadeias de valor, adquiram produtos ou serviços dos fornecedores mais eficientes. Logo, tanto as políticas comerciais (diretamente) quanto as políticas domésticas de energia sustentável (por meio da forma como são construídas e implementadas) podem criar barreiras para a otimização das cadeias de valor no setor de energias sustentáveis.

São muitas as barreiras comerciais não-tarifárias aplicadas aos SEGS: desde medidas domésticas de promoção aos biocombustíveis até restrições de exportação para matérias primas fundamentais ou determinados modos de prestação de serviços. Requisitos de conteúdo local - como a obrigação de uso de tecnologias ou componentes produzidos localmente em projetos envolvendo energia sustentável - constituem uma política recorrente com vistas à criação de empregos domésticos. Além disso, os Estados podem associar a concessão de incentivos ou subsídios a produtores de energia ao uso de equipamento local. Tais medidas já resultaram em disputas comerciais na Organização Mundial do Comércio (OMC) e, caso sua aplicação se amplie, podem levar a mais atritos no futuro.

Outras restrições comerciais ou de mercado podem ser consolidadas por meio de leis domésticas e medidas ligadas a investimentos, compras governamentais, política da concorrência e facilitação do comércio. A ausência de dispositivos a respeito dessas matérias também pode constituir tais restrições. Por sua vez, uma considerável diversidade de padrões - ou mesmo a inexistência destes - pode dificultar o comércio e a difusão de equipamentos destinados à geração de energias renováveis, bem como de seus produtos.

Os países caracterizados pela alta emissão de GEEs e aqueles dependentes da importação de combustíveis fósseis poderiam se beneficiar - tanto sob uma perspectiva do meio ambiente quanto da segurança energética - se debatessem essas barreiras e estimulassem um maior comércio de SEGS. Partindo de uma ótica econômica, muitos desses países se destacam na produção ou no comércio de SEGS em vários pontos da cadeia de valor.

### **Lidando com as barreiras comerciais e de mercado: a relevância de um acordo comercial em energia sustentável**

Existe a possibilidade de que algumas dessas barreiras passem a ser discutidas face ao conjunto de regras da OMC. No entanto, em muitas áreas do setor energético (incluindo a energia sustentável), as regras do sistema multilateral de comércio são ambíguas e, em certos casos - como investimentos ou política de concorrência -, inexistentes. As negociações da Rodada Doha encontram-se atualmente paralisadas, impedindo que algumas das limitações sobre o comércio de bens e serviços ambientais sejam ali discutidas.

Outros foros, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) podem prescindir de um mandato apropriado para lidar com esses temas. Alguns, como o Tratado da Carta de Energia, lidam com tópicos relacionados a investimento e transporte, mas não oferecem a seus membros um escopo capaz de fazê-los refletir acerca de concessões obrigatórias em matéria de comércio. Além disso, embora sejam importantes para o intercâmbio de SEGS, não incluem os Estados Unidos da América (EUA) e grandes PEDs como África do Sul, Brasil, China e Índia como membros de pleno direito. O caráter não-vinculante de outros foros - como o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês) e como outros acordos regionais de comércio - permite iniciativas ambiciosas que, por outro lado, podem oferecer menos do que o nível desejado de previsibilidade. Contudo, esses fóruns são restritos em sua dimensão geográfica.

Todos estes fatores sugerem a necessidade de consideração de uma abordagem nova, que parta de uma visão holística e integrada do setor de energia sustentável, lidando simultaneamente com diversas barreiras comerciais e de mercado. Um acordo comercial em matéria de energia sustentável (SETA, sigla em inglês) poderia reunir países interessados em lidar com o aquecimento global e a segurança energética sob uma perspectiva de longo prazo, mantendo, ao mesmo tempo, os mercados abertos. Numerosos caminhos poderiam ser concebidos para tal acordo tanto em termos de estrutura quanto em relação ao escopo de temas e barreiras comerciais a serem tratados.

O SETA poderia ser um acordo plurilateral autônomo, semelhante ao Acordo de Compras Governamentais (GPA, sigla em inglês) da OMC. A exemplo do Acordo de Tecnologia da Informação (ITA, sigla em inglês), as concessões poderiam ser estendidas a todos os membros do sistema multilateral de comércio, respeitando o princípio da nação mais favorecida.

Da mesma forma, o SETA poderia ser criado fora do âmbito da OMC. Nesse caso, a vantagem seria a possibilidade de adesão de países que não participam do sistema multilateral de comércio. Eventualmente, esse acordo poderia ser incorporado ao arcabouço da OMC em um momento futuro. Caso finalizado fora da OMC, seria necessário que os membros esclarecessem a relação do acordo com as regras e acordos comerciais existentes no repertório da referida Organização, incluindo a utilização dos mecanismos de resolução de disputas.

Numerosas possibilidades também existem com relação à maneira segundo a qual o SETA poderia abordar o escopo de temas e as barreiras comerciais. Os tópicos poderiam ser tratados em duas fases: na primeira, seria discutida a oferta de bens e serviços de energia limpa - começando pelas fontes solar, eólica, hidrelétrica de pequena escala e a biomassa e, eventualmente, estendendo as tratativas para fontes como a marinha, a geotérmica, o carvão limpo e os biocombustíveis usados nos transportes.

A segunda fase poderia abordar o escopo mais amplo de produtos usados com vistas ao aumento da eficiência energética ou, ainda, dos padrões de eficiência energética - particularmente aqueles relacionados aos setores prioritários identificados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, sigla em inglês) para a mitigação de GEEs: construção, transporte e produção. As negociações poderiam abordar os temas em grupos ou avançar a agenda tema por tema.

Cada uma dessas abordagens possui suas vantagens e desvantagens. Independentemente da opção adotada, os negociadores devem garantir que a “dimensão do desenvolvimento” esteja refletida nas modalidades - o que inclui o tratamento especial e diferenciado para os PEDs, assim como disposições significativas para facilitar o acesso a tecnologias ligadas ao clima, assistência técnica e capacitação. Um fundo especial, por exemplo, que possibilitasse aos PEDs a compra de licenças para determinados setores tecnológicos, poderia ser criado no âmbito do SETA, ou mesmo como parte do Fundo Verde da UNFCCC, sendo ligado às obrigações comerciais estabelecidas pelo SETA ou vice-versa. Alternativamente, instituições financeiras ou bancos de desenvolvimento poderiam oferecer crédito para projetos de infraestrutura em energia sustentável a PEDs signatários do SETA por meio de taxas preferenciais.

Embora não seja uma panaceia para todos os temas comerciais ou para os desafios na área de energia sustentável, um SETA pode facilitar a implementação de abordagens alternativas ou inovadoras para a liberalização dos bens e serviços que promovem a produção e o uso de fontes sustentáveis de energia. Da mesma forma, o SETA poderia criar um ambiente propício à avaliação das ligações entre os bens utilizados no setor de energia sustentável e os serviços de energia, além de servir como um “laboratório” ideal para o esclarecimento e a melhoria das regras associadas às energias sustentáveis.

Para além dos efeitos catalisadores sobre o comércio internacional em um setor de enorme importância para os esforços globais de mitigação do aquecimento global, um acordo com as características mencionadas acima poderia informar construtivamente - ou até mesmo moldar - as futuras negociações e os trabalhos no âmbito da OMC e da UNFCCC.

---

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Trade Biores Review*, Vol. 5, No. 4 - nov. 2011.

\* Artigo adaptado de estudo publicado pelo ICTSD, disponível em: [www.ictsd.org](http://www.ictsd.org).

---

# Durban, expectativas sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e o mercado de carbono

Sara Gurfinkel Marques de Godoy\*

O futuro do Protocolo de Quioto foi uma das grandes preocupações que cercaram a 17ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), realizada em finais de 2011, em Durban (África do Sul). Este artigo analisa os impactos das decisões adotadas na COP 17 sobre o mercado de carbono fomentado pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), instrumento de flexibilização de grande relevância para os países em desenvolvimento (PEDs).

Quando o Protocolo de Quioto foi estabelecido, metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) - de 5%, em média - foram definidas para os países desenvolvidos (PDs) com base nos níveis registrados em 1990. Para facilitar o cumprimento dos objetivos determinados, o Protocolo criou três instrumentos de mercado, chamados mecanismos de flexibilização; dentre estes, o que afeta diretamente os PEDs é o MDL, por meio do qual as nações detentoras de metas poderiam cumprir seus compromissos investindo em projetos de redução de emissões nos PEDs. Em outras palavras, um PD teria duas alternativas: investir em tecnologia mais eficiente em seu próprio país ou utilizar os mecanismos de flexibilização.

Como consequência da implantação de projetos de redução, no âmbito de Quioto, surgiram os certificados de carbono, comercializáveis e equivalentes ao volume de redução das emissões dos GEEs efetivamente alcançado após a implantação de determinado projeto. O mercado de créditos de carbono abrange a comercialização de certificados resultantes da adoção de Quioto, além de outros programas de redução e licenças para poluir. Existem diferentes tipos de comércio de certificados, muitos deles voluntários e sem padronização. No entanto, em geral, esses certificados seguem algumas linhas básicas, fundamentadas em conceitos teóricos pensados muito antes da criação do Protocolo de Quioto. Assim sendo, não há um único mercado de carbono, definido por apenas um tipo de contrato. Assim, o que comumente se denomina “mercado de carbono” é uma coleção de diversas transações, por meio das quais volumes de reduções de emissões de GEEs são comercializados, diferenciando-se em relação ao tamanho, formato e regulamentação.

A construção do Protocolo de Quioto desde seu documento original, bem como seus desdobramentos acordados nas

reuniões posteriores, pressupõe o desenvolvimento de uma estrutura institucional nova, composta por normas e organizações que sustentam sua implantação. O sucesso de um tratado dessa magnitude depende dos arranjos institucionais que incluem a criação de diversas regras globais e locais, envolvendo governos de diferentes países, empresas privadas e públicas. As normas ambientais internacionais surgem para estabelecer direitos e obrigações no plano internacional, com uma clara preocupação sobre a incorporação dessas regras nos ordenamentos internos dos países. Uma característica importante - e que justifica

tantas reuniões - é que o Protocolo de Quioto considera como regra básica o princípio do *learning by doing*, o que significa dizer que as diretrizes traçadas estão sujeitas a constantes adaptações. Por isso, são necessárias discussões periódicas entre as partes interessadas, que buscam soluções e melhorias das conclusões anteriormente acordadas.

Depois de intensas negociações, ficou decidido, na Conferência de Durban, que a vigência do Protocolo de Quioto se estenderá até 2017 e que um novo tratado será negociado até 2015 para entrar em vigor em 2020. Nesse eventual novo acordo, todos os países - industrializados e não industrializados - deverão assumir compromissos obrigatórios. Também foi aprovada a criação do Fundo Verde, no valor de US\$ 100 bilhões provenientes dos países industrializados, mas não se definiu quem contribuirá e nem a quantia. As decisões tomadas em

Durban não foram endossadas por Canadá, Japão e Rússia, países que defendem a atribuição de metas obrigatórias aos PEDs. Embora esse fato tenha enfraquecido as medidas adotadas em Durban, não inviabilizou a aprovação destas na COP 17.

**As incertezas quanto ao futuro do MDL persistem - principalmente agora, diante dos indícios de que o acordo mundial de redução das emissões incluirá os PEDs. Fica a pergunta: o que será desse mecanismo, caso todos os países (inclusive os PEDs) tiverem metas de redução?**



Tabela 1: Número de projetos de MDL registrados mundialmente

Ano	Número de projetos registrados	Crescimento anual
2007	873	--
2008	1.277	46%
2009	1.959	53%
2010	2.635	35%
20/01/2012	3.798	44%

Fonte: CQNUMC

Por sua vez, o Brasil destacou-se na COP 17 não somente por ter aceitado cumprir metas de redução, mas também devido à participação do negociador-chefe brasileiro, Luiz Alberto Figueiredo, responsável pela autoria do termo “resultado acordado com força legal” a respeito das decisões para pós-2020, que garantiu, após forte resistência, que este acordo global fosse aceito.

Com a prorrogação de Quioto, os interessados no MDL puderam respirar mais aliviados, pois os projetos circunscritos a este Mecanismo continuarão a ser operacionalizados, apesar da possibilidade de mudanças estruturais no futuro. Em Durban, os negociadores decidiram incorporar projetos de captura e armazenamento de carbono às atividades elegíveis ao MDL, o que confirma a confiança na continuidade deste. Ainda, não se deve esquecer - embora isso tenha sido definido em reuniões anteriores - a confiança do mercado em relação ao MDL programático, que visa à redução dos custos de implantação de determinado projeto, ao permitir a reunião de vários proponentes em um só pedido de registro.

A princípio, pode parecer que pouco foi alcançado na África do Sul. No entanto, não se pode esquecer que essas reuniões anuais são bastante complexas, diante da diversidade de interesses políticos, econômicos e sociais em jogo. Um grau ainda maior de dificuldade decorre do caráter voluntário da adesão dos países, bem como da necessidade de consenso na tomada de decisões. Também é importante ter em mente que a Conferência de Durban ocorreu em meio a uma grave crise econômica mundial, fato que influencia em grande medida qualquer decisão de ordem internacional. No mais, a Conferência do Clima foi considerada por muitos participantes e representantes de governos um momento histórico, em que todos os países convergiram para o mesmo objetivo.

Na ótica dos agentes do mercado de carbono brasileiro, mais especificamente, os resultados da COP 17 dividiram as opiniões. Apesar de nem todos estarem satisfeitos com as definições, considerando as baixas expectativas em torno da COP 17, os pontos positivos superaram as decepções. De toda forma, não se pode desprezar a grande preocupação dos agentes desse mercado com relação às incertezas sobre o futuro do MDL. Para citar apenas um caso, há dúvidas sobre a aceitação, por parte dos países europeus, dos créditos de carbono oriundos de projetos registrados após 2012. A implantação de um MDL cujo registro é incerto gera muita insegurança para os proponentes de projetos, na medida em que não se sabe se haverá demanda para os créditos de carbono emitidos. Outro fato que causa até mais incômodo entre os participantes refere-se à instabilidade da economia europeia, mas este é um problema que reverbera em todos os setores, não somente

nos projetos de reduções de emissões de GEEs. Outro ponto preocupante é o excesso de oferta de créditos de carbono no mercado global: nesse quadro, os vendedores nem sempre encontram compradores para os certificados no mercado europeu. Somado à crise da zona do euro, esse contexto leva à queda no preço dos certificados a níveis muito baixos (€ 3 em janeiro de 2012, segundo a Point Carbon) comparados a outros períodos. Tendo em vista os pontos mencionados acima e as incertezas quanto às futuras diretrizes do MDL, a procura por projetos de MDL pode ser afetada.

Mesmo com todos esses problemas, o número de projetos registrados no âmbito do MDL junto ao Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da Organização das Nações Unidas (ONU) tem aumentado anualmente (ver Tabela 1). Contudo, cabe ressaltar os dados referentes ao início de 2012, mesmo que seja cedo para tirar qualquer conclusão satisfatória: em janeiro de 2011 o número de projetos registrados foi de 93, em contraste com apenas 1 registro em 2012 (coincidentemente, um projeto brasileiro).

As incertezas quanto ao futuro do MDL persistem - principalmente agora, diante dos indícios de que o acordo mundial de redução das emissões incluirá os PEDs. Fica a pergunta: o que será desse mecanismo, caso todos os países (inclusive os PEDs) tiverem metas de redução? É preciso considerar que o MDL faz parte de um mercado de carbono que já movimenta bilhões de dólares, envolvendo muitos participantes interessados em sua continuidade, tanto no comércio primário quanto no secundário. De todo modo, incertezas e dúvidas, em maior ou menor grau, fazem parte do ambiente vivido pelos participantes do comércio de carbono desde a criação do Protocolo de Quioto.

O mundo atentar-se-á para os próximos eventos da ONU em matéria de mudanças climáticas, como a cúpula de ciência climática, em março, em Londres, e a Rio+20 - que, embora não seja sobre mudanças climáticas, também deverá ser um fórum relevante de negociações para a próxima Conferência do Clima. A reunião anual climática ocorrerá no Qatar, em dezembro de 2012, e reserva as novas decisões sobre o Protocolo de Quioto, o MDL e seus desdobramentos. Espera-se que, até lá, sejam aprofundadas as discussões sobre metas de redução mais ambiciosas e a inclusão dos PEDs. Mais do que isso, espera-se que o mercado resultante do MDL se desenvolva e alcance um leque de projetos e interessados cada vez maior.

\* Economista e doutora em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo.



# Vincular ou não vincular... Eis a questão

Mahesh Sugathan\*

Após semanas de intensas tratativas e muitas noites em claro, os negociadores da 17a Conferência das Partes (COP, sigla em inglês), realizada em Durban (África do Sul), definiram em dezembro passado um plano de ação para o combate às mudanças climáticas. Dados os obstáculos enfrentados pelos negociadores na trajetória para Durban, o resultado da COP deve ser comemorado como um feito notável.

Os acordos alcançados em Durban não representam o resultado mais desejável, mas sim o mais realista possível, considerando as circunstâncias políticas. Nas palavras da presidente da COP 17, Maite Nkoana Mashabane, “todos temos consciência de que [os acordos] não são perfeitos, mas não devemos deixar que o perfeito se torne inimigo daquilo que é bom e possível”.

Os principais elementos que impediram um acordo de última hora trazem um forte sentimento de *déjà-vu*. A disputa entre Índia e União Europeia (UE) sobre a atribuição de caráter juridicamente vinculante às provisões de um futuro acordo climático para os países que não compõem o Anexo I - bem como as controvérsias acerca do texto do referido acordo - reflete debates anteriores, observados desde o início das negociações climáticas sobre equidade e responsabilidades históricas.

Mesmo compreendendo a necessidade de que os países desenvolvidos (PDs) sejam os pioneiros nos esforços de mitigação, a pergunta central, sob uma perspectiva ambiental, deve ser: qual a importância de normas internacionais juridicamente vinculantes para as medidas de mitigação relacionadas ao clima?

O mundo de políticas climáticas e negociações internacionais avança a passos de tartaruga e parece estar muitos passos atrás do mundo de iniciativas e ações práticas voltadas ao clima. Isso pode ser observado por meio da comparação das reuniões entre as Partes - inclusive as sessões plenárias - com os diversos eventos paralelos que ressaltaram as iniciativas concretas empreendidas pelos governos individualmente, pelo setor privado e pelas organizações não-governamentais (ONGs).

No âmbito das negociações, os avanços ocorreram tortuosa e lentamente em temas controversos como as consequências econômicas e sociais das medidas de resposta. Isso porque cada frase e palavra a ser incluída no acordo final envolvia uma longa discussão entre os negociadores.

Em contraste, as apresentações e discussões que integraram os diversos eventos paralelos realizados em Durban revelaram um quadro bastante diferente. Por exemplo, um dos painéis do Simpósio sobre Comércio e Mudanças Climáticas, organizado pelo ICTSD em parceria com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Departamento de Comércio e Indústria da República da África do Sul, abordou formas de utilização do comércio para mitigar os efeitos das mudanças climáticas por meio de um acordo ou iniciativa comercial em matéria de energia sustentável. Nessa ocasião

foi mencionada a ambição indiana de estimular a produção de energias renováveis, em particular de energia solar. Nesse sentido, destacaram-se os esquemas inovadores de comércio de energias renováveis e os certificados de eficiência energética implementados ou em desenvolvimento na Índia, como parte do Plano de Ação Nacional de Combate às Mudanças Climáticas. Iniciativa similar pode ser observada na China.

Na sessão plenária de encerramento da Conferência, no dia 6 de dezembro passado, e no evento de lançamento da Iniciativa para Renováveis da África do Sul (SaRI, sigla em inglês), o ministro de Comércio e Indústria sul-africano, Rob Davies, sublinhou que a África não pode perder a revolução industrial “verde”. Davies também ressaltou os planos ambiciosos de estímulo ao consumo de energias renováveis na África do Sul - país altamente dependente de carvão (cerca de 90%) - por meio da maior atração de investimentos do setor privado.

## Aproximando a intenção da implementação

Seria possível que leis nacionais climáticas substituíssem obrigações internacionais? Certamente isso mostraria à comunidade global e ao setor privado a seriedade com que determinado país busca reduzir seus gases de efeito estufa (GEEs) e talvez até expandir seu mercado de carbono. No que diz respeito à atração de investimentos privados na área climática, entende-se que regras domésticas estáveis e juridicamente vinculantes podem ter o mesmo efeito.

Durban preparou o caminho para um futuro acordo-quadro que contenha provisões legais vinculantes. Qualquer disposição legal aplicável a países que não fazem parte do Anexo I em tal acordo poderá refletir o estado atual da legislação climática doméstica nesses países. Enquanto o acordo marca uma vitória para o multilateralismo, Durban pode não ter muito efeito sobre as ações do setor privado. Nas palavras de um representante do setor privado,

este “não dará atenção às decisões de Durban e esperará as diretivas das capitais”.

Os perigos do fracasso em responder ao imperativo climático são bem conhecidos, em particular para os países em desenvolvimento (PEDs). A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que existe uma lacuna de 6 gigatoneladas entre as emissões de carbono que os negociadores se comprometeram a cortar e o valor calculado pelos cientistas para controlar o aquecimento global.

**qual a importância de  
normas internacionais  
juridicamente  
vinculantes para as  
medidas de mitigação  
relacionadas ao clima?**

O que realmente importa é que, mesmo que os maiores emissores de GEEs (ver mapa abaixo) - sejam PDs ou PEDs - assumam compromissos internacionais vinculantes, é a vontade e a capacidade de implementação desses compromissos que farão a diferença. A vontade é importante, pois não existem penalidades - diferentemente do sistema da OMC - no caso de descumprimento de compromissos relacionados ao clima, nem mesmo para os países do Anexo I sob o Protocolo de Quioto.

A questão de capacidade pode ser ainda mais crítica: os países possuem prioridades concorrentes em matéria de desenvolvimento e podem não sustentar fontes renováveis de energia indefinidamente. Até mesmo a China precisa focar em oportunidades “win-win” que combinem mudanças climáticas, empregos e desenvolvimento econômico. De modo similar, os países mais ricos têm enfrentado dificuldades para aumentar a utilização de fontes renováveis, bem como a eficiência energética. Isso também é válido - e em maior escala - para os PEDs que apresentam índices mais elevados de pobreza e desemprego.

A insuficiência de financiamento por parte do setor público pode levar à necessidade de investimentos complementares do setor privado. Apesar da relutância em pedir financiamento privado ao Fundo do Clima Verde, muitos PEDs já reconhecem a importância do envolvimento do setor privado e estão tomando providências com vistas a atrair tais investimentos em setores relacionados ao clima - outro exemplo do ritmo distinto nas negociações climáticas e na prática.

### Iluminando o futuro para o clima e o desenvolvimento

É evidente que tanto os PDs como os PEDs deverão remar contra a maré das mudanças climáticas - apesar dos impactos maiores sobre estes últimos. Enquanto os PEDs criam músculos econômicos, os PDs precisarão de remos maiores. Quanto às negociações climáticas, seu sucesso - ao menos do ponto de vista da mitigação - dependerá, em certa medida, da mudança de uma ênfase em “encargos” econômicos para

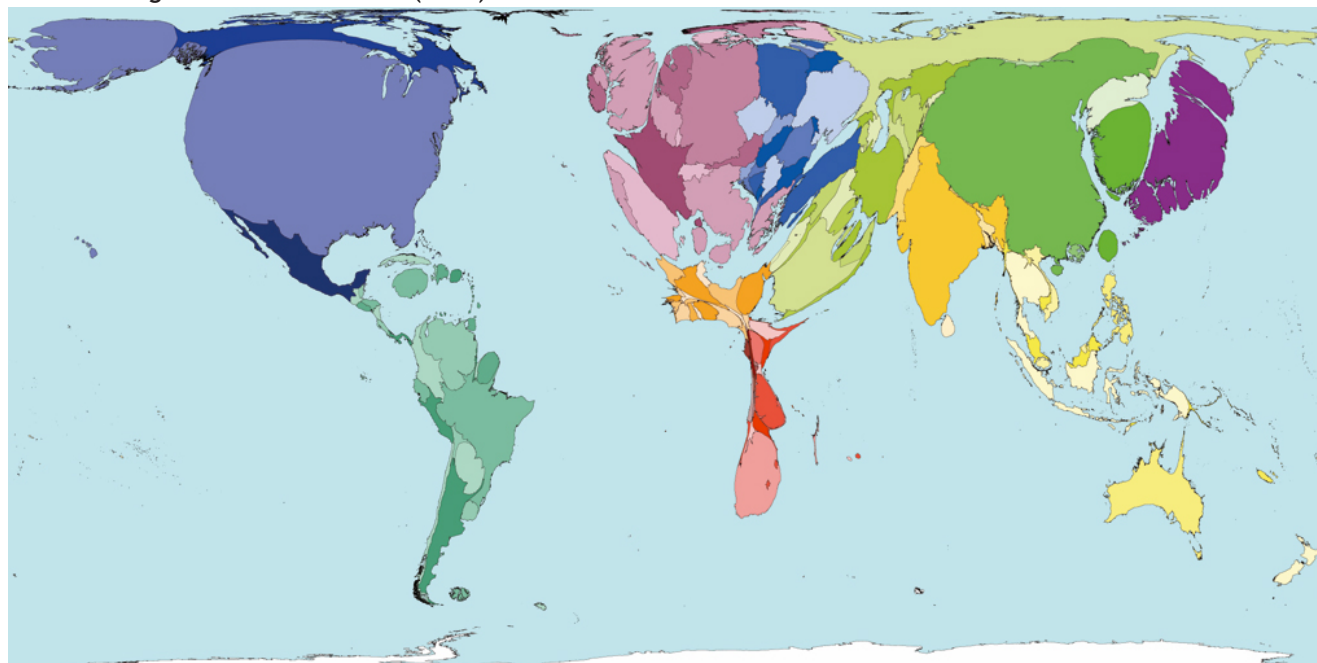
“oportunidades”. Um maior foco em iniciativas e metas de redução de emissões - tanto no mundo desenvolvido quanto em desenvolvimento -, capaz de solucionar simultaneamente as necessidades relacionadas ao desenvolvimento e criar oportunidades relacionadas ao desenvolvimento, pode oferecer uma base mais sólida para um futuro acordo climático.

Um bom exemplo disso foi mencionado em artigo de jornal publicado em 9 de dezembro de 2012, segundo o qual a África do Sul seria o primeiro país a eliminar lâmpadas incandescentes (que consomem muita energia) até 2016. Embora os efeitos da economia energética ainda não tenham sido quantificados, estima-se que a economia resultante da mudança de lâmpadas incandescentes para as fluorescentes compactas (CFL, sigla em inglês) ou para aquelas de tipo LED seja suficiente para iluminar 4 milhões de casas. Fruto de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e as principais fabricantes de lâmpadas incandescentes - Osram e Philips -, esse projeto pode constituir um modelo promissor para futuras ações promovidas pela UNFCCC. Se tal iniciativa fosse reproduzida em escala mundial, o Pnuma calcula uma economia equivalente ao consumo de energia no Reino Unido e na Dinamarca - mais da metade do consumo total da Índia.

Seja por meio de leis nacionais apropriadas ou de um acordo internacional vinculante, tal iniciativa poderia estender o benefício do consumo de energia elétrica a uma população muito maior sem que incorresse em aumento de emissões. Isso faz com que a referida iniciativa ilumine as perspectivas tanto para o clima como para o desenvolvimento. Assim, embora os roteiros sejam essenciais, a habilidade e disposição para chegar ao destino podem importar mais do que o caminho que conduz a esse destino... Esperançosamente, em um carro elétrico e sustentável.

*\* Coordenador do Programa sobre Economia e Análise de Políticas Comerciais do ICTSD. Este artigo reflete as opiniões pessoais do autor e não a posição do ICTSD.*

Emissões de gases-estufa no mundo (2002)



Fonte: <http://www.worldmapper.org/display.php?selected=299>

# A Ministerial da OMC no contexto de crise da governança global

A 8ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em dezembro passado, foi marcada pelo anúncio de decisões previamente definidas e pela ausência de negociações sobre os temas que compõem a agenda da Rodada Doha. Os debates abertos que caracterizaram a reunião escancararam não somente os entraves à conclusão da Rodada, mas também os desafios que as transformações em curso na política internacional colocam à OMC.

Diante dos enormes desafios à conclusão da Rodada Doha, as decisões adotadas na 8ª Conferência Ministerial, embora modestas, evidenciam demandas pela redefinição de alguns dos princípios basilares da OMC. Porém, é certo que esse debate acerca do futuro do sistema multilateral de comércio requer um esforço desmedido diante do atual cenário de crise no sistema econômico - e político - internacional e as questões que se colocam sobre a governança multilateral.

## GPA - um resultado concreto, mas limitado

Uma das primeiras decisões anunciadas na 8ª Ministerial foi a conclusão da revisão do Acordo sobre Compras Governamentais (GPA, sigla em inglês), que estabelece regras de transparência e livre concorrência nas licitações. A nova versão, assinada por quinze membros (incluindo a União Europeia - UE), amplia o escopo do acordo vigente desde 1996 em termos de bens e serviços cobertos e de agentes governamentais contemplados. No entanto, para que o GPA seja significativo em termos de fluxo de comércio, é essencial que o referido acordo conte com a participação de membros do mundo desenvolvido e em desenvolvimento. No caso das economias emergentes conhecidas pela sigla BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), apenas China e Índia ensaiam, com *status* de países observadores, uma adesão ao acordo plurilateral.

No caso do Brasil, apesar de reconhecer as virtudes do GPA, o ministro das Relações Exteriores Antônio Patriota, argumentou que o Brasil deseja manter sua margem de manobra na adoção de políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento, por exemplo, ao privilegiar empresas nacionais e de Estados parte do Mercosul em licitações públicas. Essa posição encontra ressonância em outros países em desenvolvimento (PEDs), que têm recorrido a políticas temporárias de caráter protecionista com vistas a preservar e estimular seu desenvolvimento econômico, no atual momento de crise.

Diante das divergências nas negociações do GPA - que se estenderam por mais de dez anos -, a conclusão da revisão desse acordo na 8ª Conferência Ministerial só foi possível devido a seu caráter plurilateral, ou seja, assinado por alguns membros e aberto à adesão posterior dos demais. Na dinâmica atual da Organização, os acordos plurilaterais constituem uma alternativa de flexibilidade à qual se recorre excepcionalmente, uma vez que fogem ao princípio basilar da OMC: o *single undertaking*, segundo o qual todos os membros devem aderir simultaneamente a todos os acordos, em um só pacote. Contudo, a constatação de que não seria possível concluir a Rodada Doha em 2011 levou

os membros a considerar, em abril deste ano, alternativas ao *single undertaking* que permitissem preservar alguns trabalhos avançados sob a agenda de Doha.

Em certa medida, uma breve análise sobre os países signatários do GPA revela o reforço da fronteira que separa o mundo desenvolvido do mundo em desenvolvimento e aponta para os limites da função negociadora da OMC em transpor essa fronteira. Assim, ao mesmo tempo em que foi anunciada como um avanço nas tratativas comerciais, a assinatura do GPA expõe um limite da capacidade de negociação dos membros e, de certo modo, da própria OMC.

## A atenção aos países de menor desenvolvimento

Outro anúncio importante foi o da negociação de um mini-pacote específico para os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), com vistas a dinamizar as negociações comerciais em geral. Reconhecendo a importância do tratamento especial e diferenciado aos PMDRs, os membros decidiram conceder preferências a esses países no setor de serviços e, também, estender o período de isenção para a aplicação das regras do Acordo sobre Aspectos de Direito da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) nos PMDRs, que expiraria em julho de 2013. Associadas ao compromisso de continuidade do programa *Aid for Trade* com níveis de auxílio anteriores à crise de 2008<sup>1</sup>, as decisões de flexibilização em favor dos PMDRs reforçam o pilar de desenvolvimento ao qual está atrelado não somente o mandato da Rodada Doha, mas a própria OMC.

Por outro lado, as negociações contenciosas em torno das políticas comerciais para o algodão - tema recorrente da agenda dos PMDRs - tornam incerta a incorporação de decisões ambiciosas à versão final do pacote. Diante da falta de consenso a respeito da reforma nos subsídios concedidos pelos EUA aos seus produtores de algodão, os países da coalizão Cotton-4 (que reúne Benin, Burkina Faso, Chade e Mali) aceitaram que o texto final da Conferência se limitasse a repetir o mandato da declaração ministerial de Hong Kong, segundo a qual esse tema deve ser tratado de forma "ambiciosa, rápida e específica". O referido texto não faz, porém, qualquer menção à proposta do Cotton-4 de congelar os subsídios ao algodão em níveis historicamente baixos. Enquanto a questão dos subsídios não é definida, os EUA comprometeram-se a renovar o programa de assistência técnica para os países produtores de algodão do Oeste Africano, além de conceder tratamento livre de cotas para certos tipos de algodão oriundos dos PMDRs - benefício cuja eficácia pode ser questionada, uma vez que os EUA exportam mais algodão do que importam.



Outro tópico relevante para os PMDRs cuja definição foi adiada diz respeito à adesão de outros países classificados nessa categoria à OMC. O argumento defendido pelos PMDRs é de que os compromissos de acesso exigidos extrapolam não somente suas capacidades, como também as demandas apresentadas em ocasiões passadas. A oficialização da adesão à OMC de Montenegro e Samoa - países inscritos na categoria PMDR - foi, por exemplo, negociada dentro dos padrões atualmente questionados. Tais padrões passarão a ser revisados até julho de 2012, de acordo com decisão adotada na Ministerial.

### A adesão da Rússia

A aprovação do protocolo de adesão da Rússia, por sua vez, foi celebrada por constituir a última grande potência a ingressar na OMC. Aqui, é pertinente questionar que posicionamento adotará esse país na organização, diante do caráter ambíguo caracteriza a Rússia: um país euroasiático, de economia e regime político com traços peculiares e, sobretudo, uma grande potência, que compõe o G-8 e o G-20, mas cuja atividade diplomática mais intensa tem incidido, no período mais recente, sobre o agrupamento dos BRICS.

### Balanço final: fracasso ou tempo de reflexão?

À luz dos últimos encontros ministeriais - em que pouco foi decidido, além do adiamento do prazo de conclusão da Rodada Doha -, os resultados da 8ª Conferência Ministerial podem ser considerados um desfecho parcial à referida rodada de negociações. O arranjo plurilateral em compras governamentais foi o único a saciar o anseio por avanços substantivos em matéria de tratativas comerciais, mas foi um passo muito pequeno diante do conjunto de temas da Rodada e ainda restrito quanto à aplicação.

O balanço final da Ministerial não conseguiu fugir de uma caracterização frustrante: são passos tímidos em direção aos enormes desafios que se impõem à conclusão da longa Rodada Doha. Conforme alertou Pascal Lamy, a tese de “paralisação da função negociadora da OMC”<sup>2</sup> foi corroborada pela previsibilidade dos resultados esperados para a Conferência e pelo caráter cerimonial que a mesma assumiu. Mas, é verdade que, a depender da perspectiva adotada, o fato de o principal propósito dessa Conferência ter sido o intercâmbio de ideias e não a negociação dos temas de Doha pode não configurar um alerta.

A negociação de um pacote voltado aos PMDRs pode, por exemplo, significar mais do que uma tentativa de salvar o rótulo de “rodada do desenvolvimento”. Como último recurso para salvar algo dos trabalhos empreendidos em mais de dez anos de tratativas, essa medida pode representar os limites da ênfase que a OMC vem depositando sobre a liberalização comercial como via para atingir o bem-estar e a prosperidade. Segundo estudo publicado em 2005 pelo Banco Mundial, os ganhos advindos da liberalização são

distribuídos desigualmente entre o mundo desenvolvido e em desenvolvimento: estima-se que a liberalização do comércio renderá US\$ 96 bilhões em 2015, sendo menos de 20% desse montante destinado aos PEDs<sup>3</sup>. Mais do que isso, pouco se atenta para os custos da liberalização comercial para os PEDs<sup>4</sup>. Como defende Gallagher, sob essa perspectiva, talvez a paralisação das negociações não deva ser interpretada como um fracasso: trata-se de “uma oportunidade para que os atores no sistema mundial de comércio reflitam sobre alguns dos novos desafios” que se apresentam à OMC<sup>5</sup>.

O compasso de espera em que esta se encontra está, em muitos aspectos, relacionado às transformações na política internacional: tanto a crise econômica quanto as economias emergentes explicam o braço-de-força travado nos temas da Rodada Doha e no debate em torno da modificação dos princípios da organização. Cabe ressaltar, entretanto, que esses desafios não possuem ressonância exclusiva sobre a OMC. As negociações climáticas, por exemplo, enfrentam dificuldades relacionadas ao aumento do poder emissor de gases-estufa das economias emergentes, aspecto recorrentemente evocado em defesa da revisão do princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Algo similar pode ser observado no fortalecimento do G-20 - em detrimento do G-8 - como fórum de interlocução sobre o quadro econômico e financeiro global, bem como dos BRICS, como agrupamento de articulação das economias emergentes em temas diversos.

Assim, parece residir na fluida - e ainda incerta - configuração da política mundial a chave analítica na qual deverão se pautar os debates sobre o futuro do sistema mundial de comércio. Nesse sentido, as tímidas decisões tomadas na 8ª Conferência Ministerial podem significar hesitações diante de múltiplos caminhos possíveis no cenário atual. Longe do que alguns consideram ser uma “crise existencial” da OMC, o quadro de paralisação por que passa a organização constitui um sintoma de transformações maiores em curso na política, na economia e nos mecanismos de governança global.

**o quadro de paralisação por que passa a organização constitui um sintoma de transformações maiores em curso na política, na economia e nos mecanismos de governança global.**

1 O documento resultante da Conferência Ministerial afirma que os ministros “concordam em manter, para além de 2011, níveis de auxílio no âmbito do *Aid for Trade* que ao menos reflitam a média referente ao período 2006-2008”. Ver: [http://www.wto.org/english/thewto\\_e/minist\\_e/min11\\_e/official\\_doc\\_e.htm](http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min11_e/official_doc_e.htm).

2 Ver: [http://www.wto.org/english/news\\_e/news11\\_e/tnc\\_infstat\\_26jul11\\_e.htm#statement](http://www.wto.org/english/news_e/news11_e/tnc_infstat_26jul11_e.htm#statement).

3 Ver: World Bank. *Global Economic Prospects*. Washington D.C.: World Bank, 2005.

4 Ver: Gallagher, Kevin. *The Challenging Opportunities for the Multilateral Trade Regime*. Paper apresentado no “Trade and Development Symposium: perspectives on the multilateral trading system”, em dez. 2011, p. 2. [http://www.ictsdSYMPOSIUM.org/sites/default/files/Book\\_15\\_Gallagher.pdf](http://www.ictsdSYMPOSIUM.org/sites/default/files/Book_15_Gallagher.pdf).

5 Ver: [http://www.ictsdSYMPOSIUM.org/sites/default/files/Book\\_15\\_Gallagher.pdf](http://www.ictsdSYMPOSIUM.org/sites/default/files/Book_15_Gallagher.pdf), p. 2.

# Acesso da Rússia à OMC: notícia a ser comemorada

Daniel Godinho\*

Gustavo Cupertino Domingues \*\*

A acesso da Rússia à Organização Mundial do Comércio (OMC) foi, sem dúvida, o principal anúncio da 8ª Conferência Ministerial, realizada em dezembro de 2011. Após 18 anos de intensos debates, esse momento histórico trará maior peso e coesão ao sistema multilateral de comércio e, ainda, representará benefícios diretos ao comércio exterior brasileiro.

O ingresso da Rússia pode conferir novo fôlego à Organização - especialmente no momento atual, em que o multilateralismo vem sendo criticado por não conseguir dar respostas aos impasses comerciais existentes.

Com a maior extensão territorial do planeta e uma população de 140 milhões de habitantes, a Rússia faz fronteira com 14 países e mantém papel preponderante nas relações internacionais. O produto interno bruto (PIB) russo é de aproximadamente US\$ 1,4 trilhão, com taxa de crescimento de 4,1% em 2012, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A economia do país está fortemente ligada a suas riquezas naturais - como petróleo, gás natural, carvão, madeira, metais não ferrosos, siderurgia e química básica. O setor petrolífero é o grande gerador de riquezas e responsável por mais de 25% das exportações russas. O comércio exterior russo movimenta mais de US\$ 600 bilhões, mas as importações são responsáveis por quase metade desse valor.

Sob a ótica dos interesses comerciais do Brasil, a adesão da Rússia significa uma boa oportunidade para os produtos brasileiros e maior segurança jurídica no acesso ao mercado russo. Dentre os mais importantes compromissos assumidos no protocolo de acesso, destacam-se: o tratamento não discriminatório às importações de bens e serviços; o limite à concessão de subsídios agrícolas; a transparência em políticas de comércio exterior; além de compromissos de resolução de litígios sob o sistema de solução de controvérsias. Estas são garantias fundamentais para a previsibilidade e o sucesso dos negócios que envolvam o mercado russo.

Alguns setores desfrutarão de benefícios imediatos, ao passo que outros sentirão apenas posteriormente os efeitos da redução de barreiras no mercado russo. Isso dependerá, em grande medida, da capacidade do produto brasileiro em se fazer presente em um mercado com dimensão e desempenho significativos.

Os principais e mais imediatos benefícios comerciais para o Brasil contemplam o setor agrícola e agroindustrial. De acordo com os compromissos firmados por Moscou, as exportações agrícolas brasileiras serão beneficiadas por uma redução nas tarifas médias de 13,2% para 10,8% até 2020. Durante o processo de acesso, a negociação entre Brasil e Rússia concentrou-se em concessões para carnes de frango, suína e bovina - o que já era esperado, uma vez que a Rússia é o maior importador mundial de carnes, e o Brasil o maior exportador.

As negociações, que foram acompanhadas de forma direta e decisiva pelo setor privado brasileiro, levaram ao estabelecimento de cotas equivalentes a 400 mil toneladas para a carne suína (com tarifa zero intra-cota, e 65% extra-cota), 540 mil toneladas para a carne bovina (com 15% intra-cota e 55% extra-cota) e 340 mil toneladas para as carnes de frango (com tarifa intra-cota de 25% e extra-cota de 80%). O setor de carnes suínas obteve ganhos adicionais: após 2020, o produto será gravado com 25% de imposto de importação, sem cotas. Nos últimos anos, as quantidades exportadas pelo Brasil declinaram até alcançar seu menor valor em 2011, com cerca de 400 mil toneladas. Esse desempenho deverá ser revertido em função das cotas estabelecidas e dos compromissos assumidos pela Rússia ao entrar na OMC. O país - que já era o principal destino das exportações brasileiras de carne suína e bovina - terá, portanto, um mercado mais acessível e promissor.

A Rússia também se comprometeu a reduzir tarifas de importação para vários produtos agrícolas de interesse brasileiro, entre eles: produtos lácteos (cujas tarifas passaram de 19,8% para 14,9%); cereais (de 15,1% para 10,0%); gorduras e óleos (de 9,0% para 7,1%) e madeira e papel (de 13,4% para 8,0%). Nesses itens, os ganhos brasileiros deverão ser significativos, permitindo ao país ampliar e consolidar a sua posição como grande fornecedor desses produtos à Rússia.

Ademais, como garantia de que as reduções tarifárias pactuadas gerarão efeitos práticos para o comércio bilateral, a Rússia se comprometeu com a aplicação transparente de medidas sanitárias, em conformidade com as regras da OMC. São boas notícias para o setor de carnes brasileiro, que tem sido alvo frequente de barreiras sanitárias em suas exportações para a Rússia, ao ponto dessas medidas provocarem a redução de valores comercializados e de unidades industriais aptas à exportação no Brasil. Mencione-se, ainda, a exigência de maior transparência para a adoção e administração de eventuais medidas, o que certamente conferirá maior previsibilidade às transações comerciais bilaterais.

Cabe destacar, entretanto, que os ganhos potenciais para o Brasil não se restringirão aos produtos agrícolas: há oportunidades para vários segmentos da indústria manufatureira nacional. De forma gradual, haverá redução média da tarifa externa russa para produtos industrializados - que passará de 9,5% para 7,3% até 2019. A oportunidade de aumentar a participação dos produtos brasileiros já vem sendo explorada pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), que recente-

mente concluiu o estudo *Rússia - Perfil e Oportunidades Comerciais*. O documento identifica as possibilidades de mercado para diversos grupos de produtos brasileiros com potencial a ser aproveitado, com base na análise das importações russas de todo o mundo e no comportamento das exportações brasileiras.

O estudo identificou alguns grupos de produtos, tais como casa e construção civil, máquinas e equipamentos, e moda - que possuem grande potencial de comércio e agregação de valor à pauta de exportações do Brasil. Somente o grupo casa e construção, por exemplo, reúne cerca de 300 produtos (SH6), que somaram mais de US\$ 13 bilhões em importações russas de todo o mundo em 2009.

O crescimento recente do setor de construção civil e a previsão de grandes investimentos para a realização de eventos de grandes dimensões (como as Olimpíadas de Inverno em 2014 e a Copa do Mundo de 2018) devem gerar um maior estímulo à construção de imóveis residenciais e uma expansão da rede hoteleira local. Assim, além de um indicativo interessante para o setor de construção civil, o estudo chama atenção para o mercado potencial que se coloca a produtos brasileiros como móveis e ferramentas, cuja exportação atual para a Rússia é pouco significativa.

Segundo o cruzamento de dados realizado pelo Departamento de Negociações Internacionais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), vários tipos de ferramentas serão beneficiados pela redução da tarifa externa russa, que passará de níveis atuais de 15% para 9% em 2015. Outras reduções tarifárias consideráveis ocorrerão sobre partes e peças de móveis, bem como sobre o mobiliário médico hospitalar no futuro breve.

O mesmo ocorre no caso de máquinas e equipamentos, em que a produção russa é especialmente voltada ao setor aeroespacial, de defesa e de petróleo e gás. Entre as possibilidades de ampliação das exportações brasileiras identificadas pela APEX-Brasil, merecem destaque os produtos de linha branca - como máquinas de lavar roupa e suas partes, refrigeradores e congeladores (*freezers*) -, além de tratores para agricultura e infraestrutura. Em conjunto, as importações russas desses produtos alcançaram valores superiores a US\$ 700 milhões de todo o mundo em 2009. Espera-se que o volume de importações cresça nos próximos anos em função das seguintes reduções tarifárias: no caso de máquinas de lavar roupa e partes, a tarifa atual de 15% passará a 10% em 2015; para refrigeradores e congeladores, a tarifa de 20% cairá para 12% em 2017; e para tratores, a tarifa de 15%, aplicada atualmente, será de 10% em 2016.

Outro segmento de destaque é o de confecções e calçados, diretamente ligado à expansão recente das classes média e alta no país. Apenas em 2009, os russos importaram mais de US\$ 2 bilhões em calçados de couro de todo o mundo. Nesse setor, a tarifa específica aplicada pela Rússia será reduzida em, pelo menos, 25% até 2016. A participação dos calçados brasileiros no mercado russo é surpreendentemente pequena, tendo em vista a competitividade do produto.

Em suma, a entrada da Rússia na OMC representa uma nova oportunidade ao empresário brasileiro em um mercado importante, que deve ser mais bem explorado, com grandes chances de ampliação e diversificação do atual fluxo de comércio bilateral. O aprofundamento da relação comercial deverá ser acompanhado por novas oportunidades de investimentos diretos entre empresas dos dois países. Nesse sentido, o “selo de qualidade OMC” é extremamente importante para balizar decisões de investidores brasileiros que pretendam ingressar no país e encontrar parceiros locais para a concretização de seus empreendimentos.

Em um ambiente de comércio internacional mais fluido e transparente, as possibilidades de ganhos entre as diversas economias são evidentes. Por isso, além de representar uma boa oportunidade para os exportadores brasileiros, a acessão da Rússia deve ser comemorada como a mais importante notícia para a OMC e todos os seus membros, nos últimos tempos.

\* Diretor do Departamento de Negociações Internacionais (DEINT) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), vinculada ao MDIC.

\*\* Analista de Comércio Exterior do DEINT da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), vinculada ao MDIC.

PONTES tem por fim reforçar a capacidade dos agentes na área de comércio internacional e desenvolvimento sustentável, por meio da disponibilização de informações e análises relevantes para uma reflexão mais aprofundada sobre esses temas. É também um instrumento de comunicação e de geração de ideias que pretende influenciar todos aqueles envolvidos nos processos de formulação de políticas públicas e de estratégias para as negociações internacionais.

PONTES foi publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD).

#### Equipe editorial

Michelle Ratton Sanchez Badin  
Adriana Verdier  
Manuela Trindade Viana  
Bruno Varella Miranda

#### ICTSD

Diretor executivo:  
Ricardo Meléndez-Ortiz  
7, chemin de Balexert  
1219, Genebra, Suíça  
pontes@ictsd.ch  
www.ictsd.org

As opiniões expressadas nos artigos assinados em PONTES são exclusivamente dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do ICTSD, ou das instituições por ele representadas.



## EVENTOS

### Fevereiro

- 1-3 OMC - Reunião do órgão de revisão de políticas comerciais - Nepal. Genebra, Suíça.
- 7-9 OMC - Reunião do órgão de revisão de políticas comerciais - Kuwait. Genebra, Suíça.
- 13-14 Unctad - Conferência internacional sobre acesso ao mercado orgânico global em 2012 e no futuro. Nuremberg, Alemanha.
- 14-15 OMC - Reunião do conselho geral. Genebra, Suíça.
- 20 Unctad - Painel de discussão sobre "Pensando o desenvolvimento: três décadas do relatório sobre comércio e desenvolvimento". Genebra, Suíça.
- 21-23 OMC - Reunião do órgão de revisão de políticas comerciais - Turquia. Genebra, Suíça.
- 23-24 Unctad - Quarta sessão da reunião multianual de especialistas sobre serviços, desenvolvimento e comércio: a dimensão regulatória e institucional. Genebra, Suíça.
- 25-26 G20 - Reunião dos ministros de finanças e governadores dos bancos centrais. Cidade do México, México.
- 27 OCDE - Fórum sobre competências para uma economia de baixo carbono. Paris, França.

### Março

- 7 - 9 OMC - Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais: Trinidad e Tobago. Genebra, Suíça.
- 13-15 OMC: Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais: Nepal. Genebra, Suíça.
- 16-19 BID: Reunião Anual de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Interamericana de Investimentos (CII). Montevideu, Uruguai
- 20-22 OMC: Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais: Filipinas. Genebra, Suíça.
- 27-29 OMC: Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais: Emirados Árabes Unidos.
- 29 BRICS: Quarta Reunião de Cúpula dos BRICS. Nova Dhehi, Índia.

## PUBLICAÇÕES

Adhikari, R. Evaluating Aid for Trade on the Ground: A methodological framework. Genebra: ICTSD, 2011.

Ahmed, A.; Maskus, K.; Okediji, R.; Reichman, J.; Roffe, P. Overcoming the Impasse on Intellectual Property and Climate Change at the UNFCCC. Genebra: ICTSD, Policy Brief No. 11, nov. 2011.

Anania, G. Implicaciones de los Cambios en la Política Comercial para la Competitividad de las Exportaciones de Banano Ecuatoriano al Mercado de la UE. Genebra: ICTSD, Documento de Fondo No. 10, dez. 2001.

Bernasconi-Osterwalder, Nathalie *et al.* Investment Treaties and Why They Matter to Sustainable Development: Questions and Answers. Genebra: IISD, 2011.

Cesa-Bianchi, A.; Pesaran, H.; Rebucci, A.; Xu, T. China's Emergence in the World Economy and Business Cycles in Latin America. Washington D.C.: IADB, 2011.

Chidiak, M.; Gutman, M. Desafíos e implicancias fiscales de la inversión en infraestructura baja en carbono. Santiago: CEPAL, 2011.

ICTSD. Fostering Low Carbon Growth. Genebra: ICTSD, 2011.

ICTSD. Proposals on behalf of the International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) to the RIO + 20 preparatory process. Genebra: ICTSD, 2011.

ICTSD. Perspectives on the Multilateral Trading System. A Collection of Short Essays. Genebra: ICTSD, 2012.

ICTSD e OMS. Local production for access to medical products: developing a framework to improve public health. Genebra: OMS, 2011.

International Energy Agency. World Energy Outlook 2011. IEA, 2011.

Mélendez-Ortiz, R.; Bellmann, C.; e Cheng, S. A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance. ICTSD Programme on Global Economic Policy and Institutions. Genebra: ICTSD, dez. 2011.

Monkelbaan, J. Transport, Trade and Climate Change: Carbon Footprints, Fuel Subsidies and Market-based Measures. Working Paper. Genebra: ICTSD, 2011.

Monkelbaan, J. Trade Preferences for Environmentally Friendly Goods and Services. Working Paper. Genebra: ICTSD, 2011.

Unctad. Do sensitive products undermine ambition? Nova Iorque e Genebra: Unctad, 2011.

Unctad. World Economic Situation and Prospects 2012. Nova Iorque e Genebra: Unctad, 2011.

Unctad. The Green Economy: Trade and Sustainable Development Implications. Nova Iorque e Genebra: Unctad, 2011.

Valenzuela, D. En Busca de Equilibrios Regulatorios: Chile y las Recientes Reformas al Derecho de Autor. Policy brief 12. Genebra: ICTSD, dez. 2011.